

ATA DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Taxista Voltolini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, todos que nos acompanham pela TVAL ou pela Rádio Alesc Digital, nesta tarde de terça-feira, quero iniciar registrando a formatura que houve no Centro de Ensino da Polícia Militar, na última sexta-feira, no final da tarde, quando se formaram novos sargentos da Polícia Militar, assim como foram

promovidos diversos outros policiais militares. Quero parabenizar todos os promovidos, aqueles que se formaram terceiro sargento, depois de décadas trabalhando na Polícia Militar.

Também parabenizo os bombeiros militares que em formatura na manhã de ontem, no Centro de Ensino do Corpo de Bombeiros, na Trindade, foram promovidos, data de 11 de agosto, data de promoção na instituição Corpo de Bombeiros. Quero parabenizar todos os formandos, todos os promovidos, bem como as respectivas instituições e todos os escalões de comando, os comandantes das instituições, por esses eventos. E registro mais uma vez que um dos maiores anseios dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros é justamente uma maior mobilidade na carreira, uma pauta pela qual batemos ao longo desses anos.

Quero registrar também a visita da comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Volnei Morastoni, ao Hospital Regional de São José na manhã da última quinta-feira, dia 8 de agosto. Dessa visita participaram, além do deputado Volnei Morastoni, presidente da comissão, também este parlamentar e o deputado Serafim Venzon.

Fomos lá para verificar aquilo que para nós, da comissão, está claro e estampado há muito tempo: o abandono do serviço público de saúde no estado de Santa Catarina, com o governo priorizando outras modalidades de administração de serviço público, priorizando e trabalhando na perspectiva de sucatear o serviço público da administração direta e transferir esse serviço, com os recursos, evidentemente, para que as organizações privadas, chamadas organizações sociais, administrem.

O Hospital Regional de São José está com os seus corredores atupetados de pacientes internados. Aqui em Florianópolis também é assim. Lá em Joinville vimos algo parecido, deputado Kennedy Nunes: uma senhora de 80 anos está há 30 dias sentada numa cadeira esperando um leito. Então, imaginem um ser humano de 80 anos de idade internada numa cadeira durante um mês. Se ela não

estava doente, com certeza ficará. Mas ela já estando doente, e por isso foi internada, com certeza o seu estado de saúde se agravará.

Nós evidentemente que não temos nenhuma intenção de criticar os servidores do Hospital Regional de São José, nem mesmo a própria direção, vamos ser francos aqui e trabalhar essa questão com a tranquilidade necessária. Porque eu imagino o desespero da própria direção, dos gestores do hospital, para dar conta de uma situação que não é criada dentro daquele hospital, que chega àquele hospital pela inexistência de uma rede básica de atendimento. E aí a responsabilidade das prefeituras da vasta região da Grande Florianópolis e, inclusive, de outras regiões, que encaminham na hora do desespero todo mundo para o Hospital Regional de São José.

Mas o governo do estado, com certeza, tem uma imensa responsabilidade - e a maior responsabilidade -, porque temos o Hospital Florianópolis, que acolhia parte dessa demanda, fechado há quatro anos. Aqui no continente, a 5km do Hospital Regional de São José, o Hospital Florianópolis está fechado há quatro anos. Era um hospital geral que atendia pelo menos 50% dessa demanda e agora não atende mais. E está fechado porque o governo ainda não conseguiu privatizá-lo.

Lemos, na semana passada, na coluna do Moacir Pereira, que o governador desistiu de entregar para a iniciativa privada, para as organizações sociais, os outros hospitais, que vai entregar apenas o Hospital Florianópolis. É evidente que essa é uma boa notícia, porque ele dizia que ia entregar os 11 hospitais.

Eu queria sugerir ao governador que radicalize: governador Colombo, o senhor poderia radicalizar, ou seja, desista de privatizar também o Hospital Florianópolis.

Esse assunto, com certeza, merecerá a nossa atenção em outras falas, nesta tribuna, nos próximos dias.

Quero, por fim, no tempo que ainda me resta, falar de um assunto que com certeza não poderia passar em branco, nesta primeira sessão desta

semana: A série de reportagens que a *RIC TV* e o jornal *Notícias do Dia* publicaram, de quinta-feira passada para cá, acerca de mais irregularidades, mais falcatruas, na Companhia de Energia Elétrica do estado de Santa Catarina.

O que foi levantado de documentos que a *RIC TV* teve acesso indica que R\$ 5,900 milhões foram roubados da Celesc, através do mecanismo de emissão de notas falsas, notas frias. Isso por quatro pessoas que aparentemente fizeram esse estrago de R\$ 5,900 milhões, nas cidades de Criciúma, de Joinville, de Rio do Sul e de Florianópolis.

Ouvíamos comentários sobre documentos ao longo dos últimos três anos, mas evidentemente não havia elementos de prova, porque a investigação que foi feita pela própria diretoria da Celesc não foi tornada pública, em 2011, quando assumiu a nova diretoria que foi analisar algumas situações esquisitas da administração anterior e levantou essas informações.

Curiosamente, não houve processo administrativo dentro da Celesc. Todo o material recolhido foi encaminhado ao Ministério Público, dizem, ao Tribunal de Contas e à Polícia Civil. Dois anos e meio depois, ou dois anos depois, absolutamente foi inquirido ninguém e muito menos alguém foi punido pelo desaparecimento de R\$ 5,900 milhões, comprovadamente roubados através do mecanismo da emissão de nota fria, de nota falsa. Notas feitas supostamente para pagar serviços que nunca foram realizados ou para comprar produtos que nunca foram entregues.

Parabenizo a equipe de jornalistas da *RIC TV*, o Iuri Grechi, a Roberta Kremer e toda a equipe da *RIC* e do jornal *Notícias do Dia* pela investigação.

Esse fato veio a público e não podemos, neste Poder, fazer ouvidos moucos, fingirmo-nos de surdos, porque há três anos também houve outro episódio, quando R\$ 51 milhões teriam sido pagos a uma empresa chamada Monreal, pela realização de serviços de cobrança que não se tem prova ou pelo menos não é de conhecimento público de que tenha sido realizado dentro da mesma Celesc.

Este Poder precisa se posicionar a respeito desse assunto. Aliás, este Poder precisa se posicionar a respeito de diversos assuntos.

Temos aqui a CPI da Telefonia que está em andamento. A deputada Angela Albino e o presidente da Assembleia, deputado Joares Ponticelli, pretendem entregar as assinaturas suficientes, pelo que li, as 19 assinaturas, dentre as quais a deste deputado, para que se faça a CPI das Águas. Não é CPI da Casan. É a CPI da privatização da Casan pelos municípios por aí afora, especialmente na cidade de Palhoça.

E agora não temos dúvida de que, se já temos a abertura, a partir de hoje, da CPI das Águas, da Palhoça e de outras localidades, seria importante a CPI da luz, do telefone. Eu acho improvável que nós, os 40 deputados, não consigamos investigar o que houve de falcatrua na Celesc alguns anos atrás.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a deputada Angela Albino, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Boa-tarde a todos.

Gostaria de agradecer em particular a presença do Sintaema, na pessoa do querido presidente Odair. Agradeço, em nome da Janete, a todas as mulheres sindicalistas, ao Senge, na pessoa do Carlos Abran, ao sindicato dos administradores, na pessoa do Afonso Coutinho, ao sindicato dos técnicos industriais, ao sindicato dos contabilistas, na pessoa do Udo, ao sindicato dos economistas, ao sindicato das secretarias, na pessoa da Sonia, e ao sindicato dos advogados. Quero destacar também a presença do Jocélio Paladini, indicado pelos trabalhadores na direção da Casan.

Estão todos presentes aqui hoje para acompanhar a entrega das 19 assinaturas da nossa CPI sobre água e saneamento, em Santa Catarina. E agradeço ao presidente desta Casa, deputado Joares

Ponticelli, que logo mais, tão logo eu conclua esta fala, receberá esse documento.

Gostaria de aproveitar esses minutos para fazer uma pequena abordagem sobre a municipalização do sistema de saneamento, o interesse de Santa Catarina e, portanto, desta Assembleia Legislativa.

Quando da abordagem da celeuma envolvendo as municipalizações do sistema de saneamento, uma primeira indagação é comumente realizada, especialmente quando se tem a plataforma de discussão e investigação da Assembleia Legislativa.

Qual o interesse do estado e por que não se atribui às respectivas Câmaras Municipais tal ofício? Ainda que numa regra geral tais serviços possam ser considerados de competência municipal, como diz o art. 30, inciso V, da Constituição Federal, há inúmeras situações em que o interesse ultrapassa o local, avançando para o regional e o estadual, especialmente após o julgado da Adin 1.842 pelo Supremo Tribunal Federal. Ademais, abordamos uma questão de saúde pública, envolvendo impacto direto e indireto no SUS e a saúde financeira de uma empresa estadual que atende a mais de uma centena de municípios deficitários e ao se tornar uma empresa dependente pode impor pesado ônus aos cofres estaduais, principalmente por ser o estado o garantidor dos empréstimos desses municípios, empréstimos milionários.

Muitos episódios na história recente justificam uma análise profunda sobre o modelo de municipalização e privatização crescente em Santa Catarina, em forma disforme, quando comparados em outros estados da Federação. Trata-se de um fenômeno iniciado em 2000, quando começaram a vencer concessões da Casan de 30 anos, conquistadas na década de 70, dentro do modelo da Planasa.

Trataremos pontualmente primeiramente o mau exemplo de Palhoça. Os índices de saneamento de Palhoça interessam diretamente ao estado. A ampliação da cobertura de esgoto em andamento em Florianópolis e São José não terá a eficácia

esperada sem o equivalente caminhar do município vizinho, especialmente pelo seu litoral, que impacta na ilha, sem contar o negativo impacto no turismo regional.

Desde a municipalização ocorrida em 2008 não houve em Palhoça qualquer avanço nos índices de cobertura, até mesmo porque o município vem reiterando contratos emergenciais com a famigerada empresa alvo da investigação e intervenção do Gaeco, Ministério Público, que culminou com a prisão dos envolvidos.

A situação impactou ainda diretamente na arrecadação da Casan e no abastecimento regional de água.

Desde 2008 o município de Palhoça vem pagando um valor metro cúbico à Casan irrisório, absolutamente fora da realidade de mercado e que judicialmente tende a impor um débito atual de mais de R\$ 40 milhões ao município de Palhoça. Tal situação impacta nos investimentos da estação de tratamento de águas de Cubatão, que abastece a Grande Florianópolis, e no caixa da Casan, que não bastasse a perda da arrecadação vem recebendo um valor ínfimo mensal, além de ainda sequer ter sido indenizada dos investimentos realizados no município de Palhoça.

Além disso, essa supostamente criminosa condição em Palhoça, como apontam as investigações, trazem efeitos malévolos à saúde dos moradores, assoberbando o sistema de saúde regional estadual, uma vez que Palhoça não tem hospital público e confessadamente reinveste o arrecadado em saneamento, não em saneamento, mas, sim, na folha de pagamento, em desvio de finalidade reconhecido pelo próprio prefeito, em entrevista ao jornal *Diário Catarinense*.

O caso de Penha, o município é hoje referência nacional e internacional, em função das suas atrações naturais e por ser sede do maior parque de diversões na América Latina. No entanto, mesmo tendo uma ação popular, transitado e julgada, que determinava ao município, à Casan, realizar a cobertura total de esgoto, com multa diária à Casan, aquele município desprezou R\$ 71 milhões

que a Casan, após quase uma década, conseguira com organismo de financiamento internacional, o Jica. Agora, o município, com sua parca arrecadação, não possui perspectiva alguma de avanço significativo e atua com contratos de emergência, delegando à empresa privada praticamente a totalidade de serviços.

Agora, a Casan perde a obrigação junto ao processo de realizar tais obras, uma vez que não detém mais a concessão. E temos o seguinte cenário: uma multa diária sendo aplicada ao município de Penha que ignorou R\$ 71 milhões garantidos, com impacto direto negativo no turismo regional e na saúde da população de Penha e dos municípios limítrofes.

O litígio decorrente da municipalização em Itapema, logo após rescisão do contrato de convênio com a Casan, pelo município de Itapema, a própria Casan ajuizou ação indenizatória não só contra a municipalidade, mas contra ex-diretores que teriam dado caos intencional à ruptura. Em síntese, mesmo ainda tendo prazo para concessão pelo convênio firmado em 1977 para 30 anos, gerou-se termo aditivo, com acréscimo de obrigações, tidas como inexequíveis, no prazo assinalado pelo mesmo, ou seja, todos sabiam que aquele termo seria motivo da rescisão e a municipalização do contrato de Itapema.

Portanto, ultrapassados os negativos e perigosos exemplos apresentados, que, repita-se, não são exaustivos, são exemplificativos, apresenta-se o quadro atual de debates judicializados ativos, envolvendo a municipalização e privatização do sistema de saneamento: Balneário Camboriú, Balneário Gaivota, Barra Velha, Bombinhas, Camboriú, Campo Alegre, Campo Erê, Canoinhas, Canelinha, Capivari de Baixo, Catanduvás, Corupá, Curitibanos, Friburgo, Garuva, Gravatal, Guaramirim, Guabiruba, Içara, Imbituba, Itajaí, Itapema, Itapoá, Joinville, Lages, Massaranduba, Meleiro, Navegantes, Palhoça, Papanduva, Penha, Porto Belo, que recentemente o prefeito Evaldo voltou à Casan, Praia Grande, Presidente Getúlio, São Cristovão do Sul, São

Francisco do Sul, São João Batista, Schroeder, Sombrio, Timbó, Três Barras e Tubarão.

O ritmo de dilapidação da Casan, com a perda de sistema superavitário, em fenômeno ímpar, num cenário comparativo com os demais estados, poderá representar o fim da independência financeira da Casan, trazendo para o estado de Santa Catarina a responsabilidade da resposta a mais de uma centena de sistemas municipais deficitários, atendidos hoje pelo subsídio cruzado. Somado a isso, estará a natural competência estadual em regiões metropolitanas recentemente ratificadas pelo Supremo Tribunal Federal, no bojo da Adin n. 1.842.

Ante o exposto, não restam dúvidas sobre a legitimidade e interesse da Assembleia Legislativa em dar uma resposta à sociedade sobre tão delicada e impactante questão.

Destaco aqui, senhores, em nome da CPI, que, logo que termine o meu tempo, protocolaremos junto ao presidente desta Casa que o estado de Santa Catarina é o fiador de todos esses contratos em que foram contraídos os empréstimos e, portanto, ao estado caberá o pagamento desses valores, caso não possamos corrigir esse erro que está em curso em Santa Catarina; que o procedimento que vimos em Palhoça é o procedimento que se repete em outros municípios, o de fazer a ruptura unilateral desses contratos e para não haver, obviamente, a suspensão desses serviços são contratadas empresas sem licitação, e elas vão se mantendo à frente do serviço, sem licitação, por conta de editais absolutamente impossíveis de serem aprovados pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e renovações que se repetem em Águas de Palhoça, durante mais de oito anos.

Esta Assembleia não tem somente o interesse, esta Assembleia tem a responsabilidade de tratar desse assunto. Assim como também há de se debruçar sobre a questão da Celesc, porque vimos nestes últimos dias com grande assombro a farta comprovação de desvio de verba.

A Assembleia Legislativa que já investiga a questão da telefonia, também precisa agora tratar

de água. E precisa também entender o que aconteceu com esse movimento no estado de Santa Catarina sobre privatização e municipalização da água. É preciso reiterar que em nenhuma cidade o serviço melhorou e que em várias delas o processo está *sub judice*, com suspeitas de ilicitudes na condição desse processo.

Por isso, agradeço a todos que vieram.

Peço ao sr. presidente que possamos já assinar o recebimento da CPI.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZOM - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação. Quero também cumprimentar todos que estão nas galerias desta Casa, acompanhando os nossos trabalhos. Cumprimentamos a sra. Maria Angela Ramos Furtado e o sr. Clóvis, de Balneário Camboriú, que vieram a esta Casa trazer uma proposta, encontrar uma alternativa para inúmeras crianças e adolescentes de Balneário Camboriú. E, no caso deles, um grupo de músicos voluntários atende a mais de 50 crianças, num projeto de ensaio de música, de diversos níveis sociais, mas grande maioria de famílias tem dificuldades financeiras. Portanto, através da música acredito que o que mais vão aprender é em relação aos valores humanos, muito mais do que notas musicais, que é a grande finalidade desses projetos com as crianças e os adolescentes.

Quero parabenizá-los!

Em nome deles, saúdo as centenas de pessoas que sonham com projetos como esses, mas, no entanto, não encontram guarida, não encontram alternativa de apoio tanto nas prefeituras como em qualquer outro lugar, em qualquer espaço do Poder Público.

No ano passado, por exemplo, através do Fundo da Infância e Adolescente, tínhamos reserva de

recursos para mais de R\$ 60 milhões em Santa Catarina, que poderiam ser investidos ali, mas não foram por falta de projetos.

Vejo um desânimo total por parte desse segmento, onde provavelmente a causa é que historicamente nunca se investiu nesse setor, e toda a corrente do setor está desestimulada. O conselho não aprova e não analisa. Automaticamente, aqueles que estão imaginando apresentar projetos, já prevendo que o mesmo dará um trabalho danado para ser feito e depois sequer será analisado, nem os fazem. E assim então acontece em diversas outras cidades.

Vejo aqui um sonhador como eu, a sra. Maria Ângela e o sr. Clóvis, tentando encontrar uma alternativa para aqueles jovens e crianças que poderiam através da música fazer sua complementação na educação.

Cumprimento, também, o professor Ronaldo Moreira, da universidade de Criciúma, que vem aqui prestigiar os nossos trabalhos no dia de hoje.

Sr. presidente, neste final de semana o jornal *Folha de S. Paulo* publicou uma matéria sobre a análise da economia do Brasil, do mundo e da América Latina. Será que a economia do Brasil vai mal por nossa conta, por conta de falha na administração pública, ou vai mal porque o mundo inteiro vai? E foi feita então uma pesquisa por uma equipe de economistas paulistas, que o Samuel Pessôa traz aqui expresso, ele que retratou alguns dados importantes.

De 2002 a 2010 a economia do mundo cresceu, em média, 3,9%. E de 2010 a 2013 decresceu para 3,5%. Ou seja, baixou 0,4%. A economia da América Latina, da década de 2002 a 2012, foi de 4,1%. E de 2010 a 2013 baixou de 4,1% para 3,7%. Isto é, baixou também 0,4% a economia da América Latina.

A Argentina, por exemplo, que na década de 2002 a 2010 foi de 7,6%, decresceu de 2010 a 2013 para 4,5%, ou seja, baixou mais de 3% a sua economia. Quebrou bastante.

A Bolívia, por exemplo, de 2002 até 2010 crescia 4,3% e, agora, de 2010 a 2013 cresceu 5,1%. E o Brasil? Vamos falar antes do Chile. No

Chile que era de 4,4%, de 2002 a 2010, de 2010 a 2013 passou para 4,5%. A Colômbia passou de 4,6 para 4,9%. O Equador passou de 4,2% para 5,8%. E assim continua. O México que na década de 2002 a 2010 era 2,1% passou para 3,8%. O Paraguai passou de 4,4% para 4,6%. O Peru estava em 6,5% e permaneceu nesses mesmos percentuais. O Uruguai baixou de 5,3% para 4,4%. A Venezuela passou de 4,7% para 3,2%. E veja, sr. presidente, o Brasil que de 2002 a 2010 era de 4,0% baixou para 2,2%.

Então, a economia global se manteve ou teve um crescimento de 3,5; a economia da América Latina se manteve em 3,7; e o Brasil foi de 2,2.

Sr. presidente, seguramente, essa queda na economia brasileira não tem como causa a crise global, a crise mundial, a crise de 2008, porque se fosse a crise global, certamente os outros países teriam que ter tido um comportamento na sua economia semelhante ao nosso. De todos os países da América Latina, somos o país que menos cresceu. De 2010 a 2013 cresceu 2,2.

O que menos cresceu foi a Venezuela, ainda assim com um ponto a mais do que nós.

Por isso, então, sr. presidente, seguramente tenho convicção de que precisamos tomar inúmeras providências para melhorar não só o comportamento político das pessoas e principalmente dos agentes políticos, mas há que melhorar a resposta que a interação que a sociedade pode ter com aquilo que se faz.

Estão muito mal as atitudes do governo, e cabe a nós governantes, cada um na sua instância, interpretar e encontrar a forma para que a sociedade brasileira possa ter uma qualidade de vida melhor. E essa qualidade advém, sem dúvida nenhuma, justamente do nosso movimento econômico.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Inscrito para falar em primeiro lugar o deputado Nilson Gonçalves, ao qual concedo a palavra por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. Presidente, srs. deputados, Deputado Serafim Venzon, fazendo um paralelo entre as economias principalmente da América do Sul e a nossa, aproveito para comentar que no nosso país está estagnados por conta de algumas iniciativas extremamente equivocadas. Por exemplo, as nossas indústrias reclamavam da concorrência externa por conta da estupidez de impostos que pagam, por conta da enormidade de tributos que pagam ao governo federal. Por conta disso não conseguem competir com indústrias ou com equipamentos do mesmo gênero que vinham de fora. E o que o governo fez? Em vez de desonerar as indústrias, diminuir os impostos das indústrias, o governo procurou o caminho mais fácil, fechou as portas, fechou as importações de muitos produtos que concorriam com produtos brasileiros.

A estagnação que estamos vivendo hoje no Brasil se deve muito também ao equívoco do governo federal com relação à economia, que em vez de desonerar as empresas, as indústrias, dessa carga enorme de impostos, prefere fechar a importação para que essas indústrias não tenham concorrência. Em vez de estimular a concorrência e diminuir os impostos das indústrias, para que elas possam concorrer com os produtos de fora, pega o caminho contrário e fecha a importação. É o chamado nacionalismo burro, porque o mundo hoje é globalizado, e estamos aqui querendo nos fechar. Em vez de procurar concorrer com par de igualdades com produtos lá de fora, nós nos fechamos.

Muda-se a regra do jogo a toda hora, o investidor, aquele que alavanca a economia, o que traz divisas para o país, fica com o pé atrás também na questão de investimento. E o país vai empacando. Tanto é verdade que v.exa., deputado Serafim Venzon, fez nesta tribuna uma constatação, porque muitos que acompanham a economia deste país já sabem que o país está estagnado.

Estamos apanhando para o Peru, para o México, e acho que até para a Venezuela estamos apanhando, até para o Paraguai. Isto que o Paraguai é espertíssimo. Esse pessoal que está dirigindo o Paraguai é esperto. Já entraram até em acordo com os países que fizeram aliança com os países do Pacífico. E nós aqui fazendo política no Mercosul, juntando pessoas que ainda pensam como 20 anos, 30 anos atrás, reunindo-se e fazendo política, em vez de desonerar a economia dos países que fazem parte do Mercosul. É lamentável! É lamentável!

O governo federal acena com a possibilidade de a iniciativa privada participar de projetos, de investimentos que tragam benefícios para a população, o chamado PPP (Parcerias Público-Privadas). Só que o governo estabelece regras que o empreendedor, o investidor, acaba ficando com o pé atrás. É o caso do Trem Bala que estão inventando para São Paulo. Está muita gente com o pé atrás, ninguém quer se envolver. E por quê? As regras não estão claras, vão investir dinheiro, mas o governo quer controle de tudo, e o investidor não vai investir dinheiro, se não vê possibilidade de ter retorno. Isso é a coisa mais natural do mundo, em qualquer país do mundo, em qualquer empresa, por menor que seja. Ou seja, não vai fazer nada, se não vê a possibilidade de ter retorno.

Então, o que estamos vendo no nosso país é que muitos investimentos que poderiam ter a participação pública e privada não estão acontecendo por falta de clareamento nas regras ou então de condições mais igualitárias nas regras. Querem um país estatizante e ao mesmo tempo querem que o investimento privado venha. É como se o investidor colocasse o dinheiro no investimento, mas o governo é quem decide o que vai ser feito. Portanto, dessa forma ninguém vai fazer isso, é um ou outro investimento que está ocorrendo no país, mas na regra geral as coisas acabam não acontecendo.

De boas intenções o inferno está cheio, e estamos vendo neste país muitas boas intenções,

mas as coisas andarem mesmo, não estamos conseguindo fazer.

Era este o comentário que queria fazer, srs. deputados. Quero aproveitar esses 45 segundos que me restam para cumprimentar a professora da Escola Municipal Dr. Sadalla Amin Ghanem, Rosiane Ribeiro Justino, que está entre os dez professores nota dez do Brasil. O título disputado por mais de três mil concorrentes foi concedido em um concurso anual da Fundação Victor Civita, em parceria com a Editora Abril. Além dela, outra docente da rede municipal também ficou entre as 20 finalistas, a educadora Angela Maria Vieira, com um projeto muito bonito. Eu, oportunamente, ocuparei a tribuna para falar sobre esse projeto e também pedir a esta Casa que preste uma pequena homenagem a essa professora.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o presidente, os deputados e as deputadas.

A minha manifestação no dia de hoje refere-se a uma preocupação de muitos prefeitos deste estado com relação à queda da Emenda Constitucional n. 62, que trata justamente do pagamento de precatórios.

Uma decisão soberana do Supremo Tribunal Federal decidiu, no dia 14 de março, considerar inconstitucional a Emenda Constitucional n. 62. Essa é uma decisão muito importante para o país, especialmente para os credores alimentares, ou seja, aqueles que têm recursos a receber oriundos de remunerações, vencimentos, etc.

A decisão do Supremo foi motivada por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade e apresentada pela OAB - Ordem dos Advogados do Brasil.

Ainda não é possível saber exatamente quais serão as consequências desse gesto do Supremo Tribunal. Nós nos perguntamos o que virá em seguida? Governadores e prefeitos serão obrigados a ampliar o volume de recursos destinados a esses pagamentos? Os credores serão de fato beneficiados com a queda dessa Emenda Constitucional n. 62?

Se prevalecer a regra anterior, os precatórios constituídos até 31 de julho de um determinado ano deverão ser pagos até dezembro do ano seguinte, integralmente. E é nesse sentido que quero chamar a atenção da gravidade da situação. O Supremo deverá esclarecer esse e outros pontos da recente decisão em sessão futura ainda não realizada e também com data ainda não definida. E até lá nós vivenciamos, na verdade, um vácuo legal, ou seja, não se sabe o que será feito com os parcelamentos que já foram realizados ou então que estão programados.

As dúvidas que os prefeitos e governadores têm em relação aos pagamentos é quanto à ordem crescente de valor que estava colocado na Emenda Constitucional n. 62 e com os depósitos também a partir de agora. Para esclarecer de forma mais transparente o que significa isso, gostaria de dizer que a Emenda Constitucional n. 62 estabelecia, na verdade, 15 anos de pagamento para os precatórios, que são aquelas dívidas que o cidadão vai tendo direito de receber do município ou do estado. Nesse sentido, o estado ou o município emitem os precatórios. Então, 15 anos de acordo com a Emenda Constitucional n. 62, sendo que os municípios, de acordo com a região, deveriam depositar num fundo 1.5% da sua receita corrente líquida. Alguns municípios têm feito isso - a emenda é de 2009, portanto tem quatro anos -, e alguns municípios não têm feito, o que tem causado problema, porque quem tem a receber precatórios não tem recebido.

Onde está o problema? O problema é que, ao ser revogada a Emenda Constitucional n. 62, vale o pagamento dos precatórios de um ano até o ano seguinte. Portanto, num prazo de 18 meses será pago integralmente no ano seguinte.

Então, o que temos hoje são prefeituras praticamente inviabilizadas. Imagina uma prefeitura que sobra 1% da sua receita corrente líquida para investimentos e tem que desembolsar quase 10%, presidente deputado Romildo Titon, para pagar precatórios no ano que vem. Assim, há prefeitos que estão extremamente preocupados, alguns nos dizendo inclusive que vão devolver a chave da prefeitura ao Tribunal de Justiça, porque fica praticamente inviabilizado, deputada Dirce Heiderscheidt, o pagamento desses precatórios nessa condição.

A minha manifestação é no sentido de que dívida tem que ser paga. É óbvio que tem que ser paga! Mas não podemos querer resolver um problema criando um problema ainda maior. Não vou compactuar com a ideia de que para pagar precatórios o prefeito tenha que demitir professores, médicos, assistentes sociais, deixar de fazer saneamento básico ou casa própria, ou seja, o Tribunal de Contas precisa cumprir a lei, pagar quem tem direito a receber precatório, no entanto, é preciso observar o orçamento de cada município. E a partir desse orçamento de cada município, fazer os ajustes necessários, numa espécie de termo de ajuste e conduta, que o Ministério Público faz muito bem. Acho que é o caso de o Tribunal de Justiça também firmar termos de ajuste e conduta com as prefeituras, garantindo o equilíbrio, o pagamento dos precatórios por um lado, mas não inviabilizando as prefeituras no seu funcionamento.

Então, para vocês terem uma ideia da gravidade, são 191 municípios afetados que terão que pagar até dezembro do ano que vem R\$ 500 milhões. E isso afeta diretamente as prefeituras de Santa Catarina.

Para se ter uma ideia, somente a dívida de Florianópolis chega a R\$ 60 milhões a serem pagos no ano que vem; de São José corresponde a R\$ 10 milhões. Temos casos de prefeituras do oeste, com 15 mil habitantes, ter que pagar 15, 20, 22 milhões, tudo no ano que vem, porque os prefeitos anteriores não pagaram.

Então, quero pedir a sensibilidade do Tribunal de Justiça. Acredito que nenhum juiz, nem mesmo este Poder importante como o Tribunal, quer ser responsável por inviabilizar as prefeituras catarinenses. E, nesse sentido, a Fecam realizou uma audiência, no dia 8 de agosto, para pedir ao Tribunal de Justiça que de fato esta previsão de quitação desses débitos pendentes seja adequada de acordo com o orçamento de cada prefeito.

Quero fazer a minha manifestação em nome do Partido dos Trabalhadores, porque temos muitos prefeitos, de todos os partidos e também do Partido dos Trabalhadores, que não têm culpa, muitas vezes, de assumir um governo agora e deparar-se com essa situação grave. É o caso da prefeitura de Campo Erê. E eu falava hoje de manhã com o prefeito Rudimar Borcioni que dizia: "Eu já reduzi os comissionados de 81 para 21. Agora eu vou ter que demitir servidores efetivos." Isso é extremamente grave, porque demitir servidores efetivos significa reduzir serviços à população.

Então, gostaria de pedir encarecidamente que o Tribunal de Justiça tivesse essa sensibilidade para encontrar o equilíbrio. Inclusive, temos aqui vários advogados que prestaram serviços, através da Defensoria Dativa, e que não estão recebendo. É de direito seu receber, porém, precisamos equilibrar o jogo e garantir que se dê as condições necessárias para o pleno funcionamento das prefeituras.

Essa é a minha manifestação.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e todos que nos acompanham nesta tarde de terça-feira, imagino que as bancadas estejam reunidas avaliando talvez o que fazer com relação a essa pergunta que paira no ar, aqui, no estado de Santa

Catarina, desde as denúncias que se tornaram públicas, através da *RIC TV*, jornal *Notícias do Dia*, a respeito de mais situações de corrupção na Celesc.

Nós já manifestamos o nosso posicionamento na fala anterior, ou seja, aquilo para quem está medianamente formado o desaparecimento de R\$ 5,9 milhões, num mecanismo de apresentação de notas frias, por serviços não prestados e produtos não entregues, durante o ano de 2010 - isso em apenas em um ano.

Temos também já uma situação anterior, que há dois ou três anos foi notícia no estado de Santa Catarina, depois esfriou, com relação ao contrato, pouco explicado ao público, da Celesc com a Monreal. Uma empresa que recebeu R\$ 51 milhões da Celesc supostamente para realizar serviços de cobranças e não tem comprovação da realização desses serviços.

Esse tanto tempo passado, tanto nessa questão agora das notas frias quanto na questão da Monreal, que talvez seja uma imensa nota fria, gelada, não se tem explicação. É espantoso isso, porque a gente tem um estado onde se repete de forma incessante que os gestores das instituições, dos poderes e dos órgãos estão a serviço da sociedade, da população e subordinados à legislação vigente no país, se passa mais de dois anos sem que alguém precise esclarecer os R 51 milhões da Monreal ou os R\$ 5,9 milhões das notas frias da última situação que veio a público, porque o fato já é antigo, é do ano de 2010.

Na oportunidade as diretorias da Celesc tinham conhecimento disso, deveriam tornar esses documentos públicos e encaminhar aos órgãos de Polícia, ao Ministério Público. Não quero apontar o dedo, mas mais um pouquinho e a coisa caduca. Dá a impressão de que o estado constituído em todos os seus poderes e seus órgãos prefere não falar sobre assuntos como esse. Por certo não é pelo volume de dinheiro que desapareceu.

Isso é um elemento daquilo que se tem tornado uso e costume na sociedade brasileira. Eu me lembro de que em 1999 houve uma rebelião na

penitenciária de Florianópolis. Nós estávamos há uma década, eu mesmo, fazendo relatório de que precisava melhorar a iluminação, porque à noite não se via nada nos pátios da penitenciária. Precisava-se renovar a pintura, porque uma pintura escura e mofada não ajuda na iluminação. Eu mesmo fiz um relatório há dez anos sobre esse e outros problemas estruturais que afetavam a segurança pública e o nosso trabalho de buscar impedir a fuga de presos.

Pois houve uma rebelião pela manhã, e no meio da tarde não parava de chegar caminhão com telha, material de construção, postes, luminárias. Parece que diante das calamidades e das situações que dispensam licitação tudo fica mais fácil para gestores. Essa é uma reflexão que se precisa fazer.

Enfim, quero reafirmar a nossa posição pela assinatura da CPI da Celesc, ou seja, CPI da luz - já que há a da água e do telefone -, a fim de que esta Assembleia possa exercer a sua função.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente e srs. deputados, quero cumprimentar a todos aqui presentes.

Gostaríamos de iniciar a nossa fala, em nome do Partido Progressista, cumprimentando os economistas, porque hoje, dia 13 de agosto, é o Dia do Economista, uma das profissões que mais contribuíram e contribuem para o crescimento e o desenvolvimento de nossa nação. Desde 1951, quando foi regulamentada no Brasil a profissão de economista, podemos observar as transformações que aconteceram. E a nossa economia vem evoluindo sob o olhar e a concepção desse profissional.

Através do economista são pensadas as ações que vão projetar o futuro da sociedade. E, sem uma

política econômica pautada nos princípios técnicos corretos, nenhuma sociedade consegue garantir cidadania, evolução e qualidade de vida para a população.

Podemos destacar como grandes economistas da história deste país: Celso Furtado, Maria Conceição Tavares, Delfim Neto, Roberto Campos, todos em seu tempo e com suas contribuições. Se hoje somos uma economia destacada mundialmente, muito devemos ao trabalho dos economistas. Por isso, hoje, queremos fazer a nossa homenagem a essa categoria.

O estado de Santa Catarina conta com 1.600 economistas. Então, gostaria de saudar e parabenizar as instituições que formam esses profissionais, a UFSC, a Udesc, as universidades do sistema Acafe e demais faculdades. Aproveito também para saudar e parabenizar o Corecon - Conselho Regional de Economia - em nome do seu presidente Waldemar Bornhausen Neto, a OESC - Ordem dos Economistas de Santa Catarina - pelo seu presidente Luiz Henrique Beloni Faria, e o presidente do sindicato dos economistas deste estado, João Henrique da Silva. Estendo também as felicitações a todos os egressos e acadêmicos dos cursos de Ciências Econômicas de Santa Catarina.

Aproveito esta data e deixo registrado que no dia 29, deste mês, no clube Mambituba, em Criciúma, será realizada a cerimônia de posse, com a palavra do adido comercial da Holanda, Erik Bauduim. A Ordem dos Economistas de Santa Catarina, seccional sul, abrange as três microrregiões, Amurel, Amrec e Amesc. Será presidida pelo economista Richard Guinzani e terá como vice-presidente o economista e professor da Unesc de Criciúma, Alex Bristot.

Em nome deles quero cumprimentar todos os economistas do sul do estado pelo trabalho que desenvolvem na região, de assessoria, de encaminhamento e direcionamento para as questões econômicas do sul do estado, mas em nome deles também quero dizer que tem toda essa categoria uma participação significativa no progresso, no

desenvolvimento da nossa economia de Santa Catarina, em particular do sul do estado.

Por isso, em nome do Partido Progressista, quero cumprimentar todos os economistas de Santa Catarina, desejando sucesso, mostrando o reconhecimento a essa importante categoria que muito tem contribuindo para o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina e do nosso país.

Quero aproveitar o tempo que resta para trazer a público as declarações do presidente da Confederação Nacional dos Economistas, agora dos municípios, doutor Paulo Ziulkoski, que apresentou ontem, em Brasília, por ordem do debate que está sendo feito, através de uma proposta de emenda constitucional que torna impositiva a execução das emendas parlamentares. A CNM divulgou dados que interessam a todos nós.

Falava há pouco tempo a deputada Luciane Carminatti de toda essa situação dos precatórios com relação aos municípios. O que não é diferente com relação ao orçamento da união, que é o orçamento mais significativo que nós temos no país, de alguns trilhões de reais.

Ontem dizia o Paulo Ziulkoski, em suas colocações, em que defende a mudança na questão da regra das emendas parlamentares ou através de outra forma mais justa e universal da liberação dos recursos para os municípios.

Paulo Ziulkoski mostrou dados, ontem, que apenas 16.9% das emendas incluídas no Orçamento Geral da União, do ano de 2012, deputado Kennedy Nunes, v.exa. que ainda será prefeito de Joinville, até o ano de 2012, somente 16.9% dos valores empenhados foram liberados. E aí os prefeitos de todos os estados do Brasil vivem em Brasília correndo, gastando, fazendo despesa. Existem mais de dez órgãos fiscalizando os prefeitos. Mas ninguém consegue liberar os recursos que são empenhados pelos deputados federais.

Por isso, quero aproveitar esse debate da PEC para se construir uma nova fórmula de liberação dos recursos federais para os municípios. É óbvio

que a melhor maneira, a mais universal de todas, seria, sem dúvida, levar em consideração o índice de desenvolvimento econômico de cada cidade e também o número de habitantes. A partir daí, criar um critério para que os deputados federais também abrindo mão das suas emendas, e esse dinheiro chegasse direto aos municípios.

A cada ano apenas 1.200 cidades recebem emendas federais, das 5.600 que nós temos no Brasil.

Então, é um processo que está viciado, que tornou o Poder Legislativo Federal refém do governo federal, do orçamento da união, ou seja, quem lá estiver acaba manipulando o Congresso Nacional de acordo com o seu interesse, e nem sempre o que está aprovado, as liberações, atendem ou chegam até a população.

Por isso, quero aqui, enquanto ex-prefeito, ex-presidente da Fecam, somar esforços na aprovação de um Orçamento Impositivo das emendas federais ou da mudança do critério da distribuição de recursos do governo federal para com os municípios que hoje têm tido muita dificuldade em função disso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, parceiros que nos acompanham pelas redes sociais, porque temos, deputado Dirceu Dresch, através da assessoria da Casa, um trabalho bem feito para todos os parlamentares, com relação às redes sociais, principalmente quando se trata do *twitter* ou do *facebook*.

Eu queria fazer dois relatos. Um sobre a fala do deputado José Milton Scheffer em relação à

questão dos 16% daquilo que foi proposto pelas emendas parlamentares, que estão sendo liberados.

Hoje, na reunião da nossa bancada, foi exatamente abordado o problema que estamos começando a ver pipocar pelo Brasil, que há promotores que dizem que quando um parlamentar destina uma emenda para algum lugar ele estaria fazendo desvio de função. Então, deputado Romildo Titon, há promotores que dizem que não podemos, porque não temos a legitimidade da indicação dos municípios.

Deputado Nilson Gonçalves, se fomos eleitos aqui para representar, como é que perdemos a legitimidade desta representação dizendo onde é importante o recurso? E como é que fica aqui a discussão do nosso Orçamento Regionalizado que esta Casa faz? O assunto vai virar cada vez mais polêmico, porque vamos daqui a pouco responder, deputado Taxista Voltolini, como se fosse crime, quando trouxermos a demanda de um município, porque para alguns promotores temos que legislar e fiscalizar o Executivo e não dizer onde o governo tem que investir. E aí não sei, sinceramente, não sei mais.

Estou tentando buscar, por exemplo, lá na cidade a qual represento, ou em qualquer município, onde é que não tenho legitimidade para trazer aqui aquela reivindicação e pedir para que o Executivo faça aquele investimento ou aquela obra. Deputado Manoel Mota, v.exa. que está no sexto mandato com certeza, com uma notícia dessas, fica pasmo como eu.

Então, esse é um problema que teremos que enfrentar cada vez mais aqui, e o Poder Legislativo estará preparado para esse tipo de debate e defesa.

A outra informação que gostaria de trazer é que ontem, deputada Luciane Carminatti, recebemos, aqui, no estado de Santa Catarina, o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, do PT, junto com os seus secretários, da Educação e de Obras, que vieram a Santa Catarina visitar uma empresa, em Araquari, que ganhou a licitação do FNDE para fornecer a tecnologia e o material para três mil

creches no Brasil, que serão construídas pelo governo federal.

A empresa é a *Global Housing International*, de Araquari. Ela desenvolveu um sistema de parede e de construção que tem o revestimento de PVC, e por dentro é de concreto.

Então, são três mil creches que eles estarão fornecendo para o governo federal. A primeira creche, se não me engano, é na cidade de Aparecida, de Goiânia, no estado de Goiás, que será inaugurada pela presidente Dilma Rousseff, no próximo dia 10 de outubro. E como é de PVC, não precisa de manutenção, de pintura. Ou seja, é bem mais prático no pós, na manutenção. Mas se ergue uma creche, deputado Romildo Titon, de 1.200 metros quadrados, em 30 dias. Tecnologia e desenvolvimento nosso, do pessoal de Joinville, deputado Nilson Gonçalves, que se instalou em Araquari, porque não teve condições de se instalar em Joinville, pela dificuldade que era à época. E não mudou muito até agora para as empresas se instalarem em Joinville.

Foram eles que conseguiram aprovar, tanto na Caixa Econômica Federal quanto no ministério da Educação, para serem cadastrados e participarem da licitação com novas tecnologias para a construção de creches.

Conheço o pessoal da *Global* e acompanhei o governador Agnelo Queiroz, do Distrito Federal, nessa visita técnica. E tanto ele quanto os secretários ficaram abismados, deputado Mauro de Nadal, com relação à rapidez na construção dessas creches pré-moldadas. Elas têm o revestimento de PVC, e por dentro é concreto. E ele ficou mais admirado ainda quando visitou a escola que já foi construída, lá na cidade de Barra Velha, pois parece que acabou de ser inaugurada, por conta que é de PVC.

Então, quero aqui deixar registrado o meu agradecimento e as minhas felicitações aos empresários dessa tecnologia, que ganharam do governo federal essa licitação. E vão fornecer três mil creches para o governo federal que as estará inaugurando nos próximos seis meses.

Santa Catarina foi contemplada com parte dessas creches. O Rio Grande do Sul, o Paraná e tantos outros estados ganharam também. E será distribuída em 17 estados brasileiros essa tecnologia de Araquari, que já está presente em 80 países do mundo.

Então, quero aqui parabenizar mais uma vez essa empresa de Araquari. Que essa nossa voz, esse nosso pronunciamento chegue até um pouco mais para o centro da cidade, no prédio da secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina. E quem sabe o secretário Eduardo Deschamps possa escutar isso e perguntar por que em Santa Catarina eles não querem instalar esse tipo de tecnologia que é mais barata, mais durável, mais rápida. Por que não querem? Qual é o problema, se a empresa ganhou uma licitação para fornecer três mil creches para o Brasil inteiro, aprovadas pelo FNDE e pela Caixa Econômica Federal? Por que a secretaria de estado já não usa esse tipo de tecnologia para ser construída com muito mais agilidade do que é a construção civil normal, sem desperdício, sem qualquer tipo de qualidade?

Quantas vezes, deputado Taxista Voltolini, vamos a uma obra pública recém-inaugurada, que já tem paredes rachadas, que já tem vazamento? Pelo que mostraram ontem ao governador do Distrito Federal, isso aí nada acontece.

Talvez a secretaria da Educação possa responder algo que tenha embasamento e que possa ser muito mais forte do que o parecer do ministério da Educação, da Caixa Econômica Federal, dos técnicos do IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas -, que fizeram essa análise, que indicaram e vão fazer. E por que o governo do estado de Santa Catarina não está usando essa tecnologia que é nossa, da cidade de Araquari? A empresa está fornecendo para o Brasil inteiro. E aqui em Santa Catarina não deixam. Então, com a palavra a secretaria da Educação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos

Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, venho a esta tribuna fazer um balanço, uma reflexão com muita profundidade do mandato do nosso ex-governador Luiz Henrique da Silveira.

(Passa a ler.)

"Secretarias de Desenvolvimento Regional: exemplos de gestão administrativa

Em 2013, as secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) completam uma década de existência.

As SDRs nasceram do olhar visionário e empreendedor do ex-governador Luiz Henrique da Silveira e de sua equipe, que pretendiam levar o governo para mais perto da população. E, de fato, conseguiram.

Hoje, a população tem participação ativa nos pleitos, através dos conselhos regionais. Há mais transparência nas decisões, e o governo está muito mais próximo dos catarinenses.

As 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional possuem 410 cargos comissionados, ou seja, 20% do total de cargos existentes no estado, e representam um gasto de 0,25% do total da folha de pagamento. Vale destacar que esses cargos já existiam na estrutura administrativa do estado, ou seja, não houve criação de novas funções, apenas um remanejamento para o interior.

É bom lembrar também que os gastos de custeio das SDRs são bem menores do que os estabelecidos no modelo anterior, pois, antigamente, cada setor tinha sua estrutura separada e isolada em vários pontos da cidade. O estado gastava mais com aluguel, telefone, limpeza etc. Atualmente, muitos desses órgãos estão num mesmo local, economizando recursos do estado.

Além da considerável economia, o estado também ganhou em agilidade. Estudos realizados pela secretaria de Planejamento revelam que, antes de 2003, a construção completa de uma quadra de

esportes (desde a ordem de serviço até sua inauguração) levava em média três anos. Agora, com as SDRs, leva em torno de dez meses, principalmente devido à fiscalização e acompanhamento mais efetivo do estado. E a população aprovou essa nova forma de governar muito mais democrática e participativa.

Em recente pesquisa divulgada pelo governador Raimundo Colombo, e publicada na prestigiada coluna do jornalista Moacir Pereira, no *Diário Catarinense*, quase 70% da população do estado aprovam as SDRs. O governador Colombo prometeu revitalizar as secretarias.

Aproveito para sugerir que esta Casa provoque um amplo debate sobre as SDRs e as suas possíveis melhorias. Poderíamos convidar, além do senador Luiz Henrique da Silveira, grande mentor desse projeto, representantes da classe política, empresarial e universitária, além, logicamente, da comunidade em geral."

Vivemos um momento ímpar na história do nosso estado. Em Santa Catarina havia um grande número de pessoas que se deslocavam do interior, dos pequenos municípios, para ir atrás de emprego nas grandes cidades, formando grandes favelas sem controle do governo. Com as SDRs, que levaram o projeto do governo para cada região, houve um equilíbrio dos investimentos em Santa Catarina, sendo que empresas se instalaram por todo estado. Portanto, essa grande demanda de pessoas que corriam atrás de emprego não precisa mais ocorrer. Agora as pessoas estão-se mantendo nos pequenos municípios, que antes estavam esvaziando. Hoje, ao contrário do que ocorria, as cidades estão crescendo, têm a sua autonomia e vivem um novo momento.

Então, é preciso, sim, um grande debate nesta Casa para avaliarmos isso com profundidade, porque de acordo com essa pesquisa praticamente 70% da população não aceitam de forma nenhuma a retirada das secretarias. Isso é uma resposta da população, porque estamos vivendo um momento de muita reflexão, um momento em que a sociedade foi para as ruas, um momento em que as redes sociais, ao

tomarem conta das manifestações, estão mostrando o que é errado, o que é certo e o que o povo quer. E a sociedade disse para todos nós que não abre mão das secretarias Regionais.

Portanto, é importante que tenhamos um debate profundo nesta Casa para que o governo passe a investir com mais força nas secretarias, e para que os catarinenses possam colher esses benefícios em defesa do estado. Porque o grande ganhador não deve ser o governo e o Parlamento, mas, sim, o povo, que tem que ser respeitado em todas as áreas.

Por isso, estamos fazendo este registro. Queremos dizer que temos certeza do que o povo quer. Foi feita, recentemente, essa pesquisa mostrando que Santa Catarina sabe o que quer, e as secretarias fazem parte de todo esse desenvolvimento alavancado, assim como a população de Santa Catarina também.

Eu quero aqui, com muita honra, dizer que recebi duas jovens senhoras que lutam também pela UTI Neonatal. Santa Catarina vive um momento de angústia, quando acontecem nascimentos prematuros de crianças. E o Brasil inteiro vive esse problema. Nós percorremos várias cidades, como Porto Alegre, e vimos que muitas não têm uma UTI Neonatal.

Mas, de repente, como diz o ditado, água mole em pedra dura, tanto bate até que fura. E nós furamos a pedra, conseguimos tirar do papel e colocar em prática para que o Hospital Regional de Araranguá tenha dez leitos de UTI Neonatal e dez leitos também de UTI. Portanto, vamos ter 20 leitos, e isso é um avanço significativo.

Eu só posso dizer aqui obrigado à secretária, obrigado ao Acélio Casagrande, à Márcia Seixas, à Gislaine Farias, que estão sempre participando efetivamente na rede social para defender a UTI, as quais saíram daqui com a convicção de que em janeiro de 2014 o nosso sonho será concretizado, pois o Hospital Regional de Araranguá ganhará uma UTI Neonatal. Assim, as crianças prematuras, com certeza, receberão o tratamento adequado às suas vidas. Por isso, é um trabalho sem limite, é um

trabalho que necessita de muita luta, e a Márcia Seixas e a Gislaine Farias me ajudaram muito nesta questão, lutaram, envolveram toda uma rede social para que tivéssemos uma estrutura mostrando que o povo sabe o que quer e quer também esse investimento em Araranguá.

Hoje, temos a felicidade de dizer que está definido um banco de sangue em Araranguá, ou seja, vamos ter um Hemosc. Isso é importante para a nossa saúde. Vamos ter, sim, um curso de Medicina, com 30 vagas, em 2016, e mais 30 vagas em 2017. Foi uma luta nossa.

Realizamos uma audiência pública, colocamos em prática e aprovamos o requerimento de autoria deste deputado. Assim conquistamos tudo isso!

Por isso, quero, mais uma vez agradecer, em nome das nossas duas visitantes, de toda população, que lutaram pela UTI Neonatal para dar mais conforto às mães que estão grávidas e que precisam de segurança para o nascimento de seus filhos.

Assim, não poderia deixar de registrar este acontecimento.

Sr. presidente, é uma luta permanente, tem amparo no Parlamento que tem dado a retaguarda para que possamos colocar em prática as nossas ações, através de requerimentos, criar audiência pública e buscar os resultados.

Por isso, quero agradecer à Márcia Seixas e à Gislaine Farias. Que elas levem daqui uma imagem altamente positiva, que levem ao sul do estado este conforto para todos nós, e que possamos oferecer e proporcionar saúde, qualidade de vida e mais vida às essas crianças.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

Comunicamos ao Plenário que esta Presidência recebeu o Requerimento n. 0849/2013.

(Passa a ler.)

"Os Deputado que este subscrevem, com amparo no art. 47, § 3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com o art. 41 do

Regimento Interno da Alesc, REQUEREM a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 07 membros, para, no prazo de 120 dias, prorrogáveis, apurar fato determinado, consistente em possíveis atos ilícitos praticados na concessão, outorga ou permissão dos serviços de água e esgoto feita pelos municípios a pessoas jurídicas de direito público ou privado, conforme justificativa em anexo." [sic].

O requerimento está assinado por 19 parlamentares. Portanto, tem mais de 1/3 exigido pelo Regimento Interno.

Dou por recebido o requerimento e determino à assessoria que faça a publicação.

Esta Presidência comunica que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0020/2011.

A comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0038/2013, 0083/2013, 0084/2013, 0088/2013, 0105/2013, 0106/2013, 0109/2013, 0115/2013, 0134/2013, 0137/2013, 0151/2013, 0157/2013, 0170/2013, 0174/2013, 0189/2013, 0193/2013, 0200/2013, 0201/2013 e 0203/2013.

O Sr. deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar o eminente prefeito de São Bento do Sul, Fernando Tureck, que se encontra conosco, juntamente com o seu assessor de finanças.

Sejam bem-vindos a esta Casa. Que fique registrada a sua presença nesta Casa, com o aval do deputado Silvio Dreveck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0106/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que determina a inclusão da carne de peixe na alimentação escolar das unidades educacionais do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0219/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que institui o Dia Estadual do Produtor de Tabaco.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com a abstenção do deputado Maurício Eskudlark.

Discussão e votação do projeto de Lei n. 0346/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari, que denomina José Buss o Centro de Educação Profissional (Cedup), do município de Rio Fortuna.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento

Interno, as Indicações n.s: 0491/2013, 0492/2013 e 0493/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0494/2013, 0495/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0496/2013, 0497/2013, 0498/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Também comunica que defere os Requerimentos n.s: 0837/2013, 0838/2013, 0839/2013, 0840/2013, 0841/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0842/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0843/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0845/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Requerimento n. 844/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que solicita ao presidente do Tribunal de Contas informações sobre a existência no estado de agentes públicos, titulares de mandato, cargo, emprego ou função pública, civil ou militar, de caráter temporário ou não, investido por eleição, nomeação, designação, contratação ou por qualquer outra forma ou vínculo, detentores de remunerações mensais superiores ao teto constitucional.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 846/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o encaminhamento ofício ao presidente da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc, visando o esclarecimento de diversas questões decorrentes da política de defesa sanitária animal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 847/2013, de autoria do deputado Taxista Voltolini, que solicita aos diretores das empresas de telefonia móvel, TIM, VIVO, CLARO e OI, a instalação de antenas de telefonia móvel nas localidades de Palmeira e Alto Cedro, no município de Rio dos Cedros.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 848/2013, de autoria do deputado Taxista Voltolini, que solicita aos diretores das empresas de telefonia móvel, TIM, VIVO, CLARO e OI, a instalação de antenas de telefonia móvel nas localidades de Capivari, Alto Forcação, Piave e Salto Donner, no município de Doutor Pedrinho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0079/2013, de autoria deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao ministro das Cidades, ao Denatran, apelando pela obrigação das autoescolas incluírem pauta versando sobre o uso de bicicletas como meio de transporte.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0078/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao secretário de Turismo, Cultura e Esporte, solicitando informações referentes a entidades que nos exercícios financeiros de 2012 até julho de 2013 foram contempladas com o Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0079/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao secretário de estado da Agricultura e da Pesca, solicitando informações referentes a diversas questões decorrentes da política de defesa sanitária animal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Estamos aguardando a verificação de quórum.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero agradecer a presença no plenário dos alunos de oito escolas, de oito regiões do estado de Santa Catarina, que vão exercer amanhã, quarta e quinta-feira, a 15ª edição do Parlamento Jovem, quando vão trazer grandes debates para esta Casa.

São professores, lideranças políticas, sindicais, de cada região do estado, que se fazem

presente neste plenário. Neste momento, eles estão assistindo a esta sessão ordinária.

Sejam muito bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Esta Presidência incorpora as boas-vindas a todos os alunos e professores que estão presentes no dia de hoje.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, vou na mesma esteira da deputada Ana Paula Lima, pois hoje, pela manhã, tivemos a oportunidade de participar da abertura do evento da Escola do Legislativo, que traz 40 deputados e deputadas de diversas regiões de nosso estado. E vivemos, deputado Romildo Titon, um momento em que a juventude e o povo brasileiro começam mostrar a inquietação que têm na questão política.

Penso que estamos no caminho certo, permitindo que os jovens, os educadores e as pessoas possam participar de fato e verificar o que fazem os políticos, porque sempre que conhecermos um político, nosso representante, poderemos avaliar do que ele é capaz, daquilo que ele faz e pode fazer.

Portanto, fico muito feliz de vê-los aqui e que vocês possam transmitir aos seus colegas aquilo que estão presenciando na Assembleia e aquilo que vocês estão buscando conhecer. Que os jovens possam participar da verdadeira democracia, das eleições e da escolha dos políticos que irão representá-los com dignidade, à altura daquilo que é a nossa gente, o nosso povo.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero registrar a presença, nesta

Casa, da prefeita Ana Paula da Silva e o seu vice, Paulo Henrique Dalago Müller, do município de Bombinhas, assim como do vereador Ernani Wogeinaki Júnior, do município de Três Barras, acompanhado do seu pai, sr. Ernani Wogeinaki, que por oito legislaturas foi vereador no município de Três Barras.

E não poderia deixar de saudar os estudantes que aqui estão, nesta Casa. E muitos daqui a alguns anos poderão estar aqui como deputados ou como legisladores e vão se lembrar deste momento. Então, nada é por acaso nesta vida. E essa iniciativa muito importante da Assembleia Legislativa e da Escola do Legislativo tem que ser referendada.

Então, parablenzo os professores, os alunos e todos que estão participando desse belo exemplo de democracia. E como todos nós queremos melhorias e mudanças, inclusive na política, a melhor delas que podemos fazer é efetivamente participar da vida política, não apenas achando que existem erros ou reclamar. Assim, parablenzo vocês que estão efetivamente participando da vida política do Brasil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Não havendo quórum qualificado para deliberarmos sobre os vetos, eles serão transferidos para a sessão de amanhã.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Há um pedido por parte da Escola do Legislativo para que possamos conceder um espaço para que a Escola possa fazer o sorteio das oito escolas de ensino médio que participarão da 16ª Edição do Programa Parlamento Jovem.

A sessão será suspensa por um período de até 15 minutos, para que seja feito o referido sorteio pela Escola do Legislativo.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Agradeço a todos que nos acompanham, aos srs. deputados, às sras. deputadas, especialmente aos nossos estudantes do Parlamento Jovem que nos acompanham nesta sessão.

Seria importante vocês acompanharem a nossa agenda de fim de semana para verem o trabalho dos deputados pelos municípios, pelas regiões e a representação que estamos fazendo.

Quero trazer presente, deputada Ana Paula Lima, o debate sobre a Celesc. Mas antes disso quero fazer uma cobrança aqui, nesta tribuna, ao governo do estado, porque o governador continua prometendo e não cumprindo essa questão da compra de aquisição da área para um assentamento provisório dos indígenas, no município de Bandeirantes, assim como em outros casos, como na questão da alimentação escolar, como no fim da terceirização. Ou seja, é um governo que está enrolando, enrolando.

O secretário da Agricultura e o governador foram a público falar, na abertura do Itaipu Rural Show, que se tivesse o documento da Funai, dos índios, eles iriam comprar a área. Foi feito esse documento, e aí disseram que precisava também de um documento da Funai, de Brasília. Foi viabilizado o documento, e não compraram. Depois, disseram que precisava de uma avaliação da Caixa, porque tinha indício de superfaturamento. Foi feito o documento da Caixa Econômica Federal, está feito o documento. E agora não sei o que é que vão encontrar para não ser fechada a questão da compra.

Então, esperamos que de fato nesta semana conclua-se a negociação. Inclusive, estivemos numa atividade, no palácio, no Centro Administrativo, com dois prefeitos, com lideranças presentes, onde foi acordado, mas infelizmente essa coisa continua sendo enrolada. É uma enrolação sem fim. E queremos uma decisão sobre isso.

Sr. presidente, depois de tanto Parlamento Jovem aqui, também quero fazer uma fala a partir

do que mais uma vez vem à tona sobre a situação da Celesc. Esta empresa ocupa um papel extraordinário em nosso estado, na contribuição do desenvolvimento, fornecendo energia para a agricultura, para as empresas, para o crescimento do nosso estado. E nesse último período novamente vem com força a situação de possíveis desvios de recursos da empresa.

Os jovens que nos visitam hoje, do Parlamento Jovem, sabem que um dos papéis e uma das principais funções deste Parlamento é fiscalizar a boa aplicação do dinheiro público.

Temos aí, já comprovados inclusive pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas, possíveis desvios de recursos.

Há uns dois anos veio à tona a questão Monreal. Essa empresa foi contratada por mais de R\$ 50 milhões. E possivelmente pode chegar até a R\$ 200 milhões o desvio desses recursos.

Agora, mais uma vez vem à tona um possível desvio de mais R\$ 5,9 milhões, com a justificativa das intempéries, problemas climáticos, situação de emergência, quando foram contratados serviços e obras. E agora vem à tona a situação de que possa ter comprado notas, desviado recursos que podem chegar a quase R\$ 6 milhões.

Há um bom tempo temos acompanhado o sucateamento dessa empresa, dos problemas que temos em várias regiões, do fechamento do pronto-atendimento 24horas, em nosso estado.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Muito obrigada, deputada Dirceu Dresch, e por esta e outras razões, não foi a primeira nem vai ser a última vez, a bancada do Partido dos Trabalhadores já vinha orientando o governo, denunciando inclusive com ações no Ministério Público, através desta tribuna também, das irregularidades dessa empresa que presta serviço para o povo catarinense.

Por isso, a bancada do Partido dos Trabalhadores deliberou hoje, no seu almoço de

bancada, srs. deputados, que iremos protocolar, e já estamos coletando assinaturas, para instalarmos nesta Casa uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar, depois de tantas denúncias, o que vem ocorrendo nessa empresa pública que presta serviços aos catarinenses. São inúmeras irregularidades, são inúmeros depoimentos de pessoas.

Esta semana o deputado Neodi Saretta vai participar de uma audiência pública no meio-oeste de Santa Catarina, devido à queda de energia nessa área, e não é diferente em outros municípios.

Eu espero coletar assinaturas dos demais integrantes deste Parlamento, porque somos guardiões do dinheiro público. Essa é a nossa função.

Era isso que queríamos falar, deputado Dirceu Dresch. V.Exa. já assinou, bem como toda a bancada do nosso partido, e estamos aguardando as demais assinaturas para que esta Casa possa fazer o seu dever de casa, que é investigar não somente denúncias que a imprensa relatou, mas outras denúncias feitas por várias pessoas, também funcionários, o sindicato, inclusive o conselho daquela instituição.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima. É exatamente isto, ou seja, este Parlamento, esta Casa, não pode ficar de braços cruzados frente a tudo isso que vem sendo noticiado.

São mais de dois anos de denúncias, e precisamos agilizar esse processo. Esta Casa precisa cobrar rapidez nas apurações desse tema. Por isso, é importante que o Poder Legislativo catarinense acompanhe de perto. E para acompanhar de perto e fiscalizar, atuar nessa perspectiva da defesa do patrimônio público, da defesa da Celesc, estamos propondo a abertura de uma CPI.

Hoje, também foi encaminhada a CPI que vai discutir irregularidades na privatização dos serviços de água e esgoto. E já temos nesta Casa a CPI que está acompanhando o problema da telefonia

em nosso estado. Precisamos instalar também a CPI que trata do tema da Celesc.

O recado das ruas foi mandado para os políticos brasileiros, para que cuidem do dinheiro público, do fim da corrupção. E o Parlamento catarinense não pode se mostrar surdo frente a tudo isso, ao tamanho do escândalo da maior empresa pública catarinense.

Se falta competência à Celesc para impedir os apagões de energia que afetam várias regiões do estado, o Parlamento não pode ser vítima de um apagão da moralidade. E com isso eu fecho a minha fala no dia de hoje, conclamando os demais deputados, das diversas bancadas, a nos ajudarem a fazer essa apuração. São denúncias de quase R\$ 6 milhões de notas frias, de notas falsas. Além disso, temos outras situações como os R\$ 51,7 milhões no contrato assinado com a empresa Monreal, que foi contratada para cobrar contas de inadimplentes, que já denunciemos na tribuna deste plenário. E há quem diga que esse valor pode chegar a R\$ 200 milhões, como aponta o próprio Ministério Público estadual.

Então, este Parlamento não pode ficar de braços cruzados. Temos que fazer a nossa parte, porque o povo nos cobra ações mais enérgicas contra a corrupção no estado de Santa Catarina.

Então, era isso o que tínhamos a dizer, sr. presidente e srs. deputados. Esperamos que de fato não aconteça o que aconteceu com o Besc, que não aconteça o que já aconteceu, em outros momentos, também com a nossa Casan, em que parte das ações foram privatizadas.

Também quero, sr. presidente, dizer que o PT sempre primou por um estado forte, mas também não por um estado com um descontrole absoluto, como aconteceu na era Collor e na era FHC, onde os pedágios, que foram instalados naquela época, são muito caros e a população brasileira reage contra isso.

Então, tem que haver controle nas ferrovias e rodovias. Em qualquer serviço público tem que haver controle pesado do estado, senão a

iniciativa privada faz o que bem entende, e isso pode acontecer com a Celesc.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e estimados catarinenses, primeiramente, quero fazer uma saudação especial aos alunos do Parlamento Jovem, que estão aqui acompanhando esta sessão juntamente com os professores.

Gostaria de dizer que é muito importante essa participação. Eu vivenciei uma experiência importante no ano passado. Os alunos de uma das escolas que aqui estiveram, a de Rio das Antas, debateram um projeto interessante sobre a semana da reciclagem, relacionado ao lixo. Depois de conversarem comigo no meu gabinete resolvi transformar aquele projeto num projeto de lei que tramitou nesta Casa. Em todas as comissões por onde passou foi aprovado por unanimidade. Depois veio a plenário, onde foi aprovado por unanimidade. Depois foi sancionado e hoje é uma lei em Santa Catarina. E, juridicamente falando, na autoria consta como eu sendo o proponente, mas os verdadeiros autores - e isso está escrito no projeto e na justificativa - foram esses alunos do Parlamento Jovem. Inclusive, reproduzi integralmente a justificativa, citando a fonte, obviamente.

Então, esse é um dos exemplos de resultados importantes que, além da formação individual, resultou também numa ação importante para Santa Catarina.

Por isso, quero fazer uma saudação especial a todos vocês que estão aqui participando da edição deste ano.

Mas, sr. presidente e srs. deputados, gostaria de tocar em dois assuntos que julgo importantes. Um deles diz respeito a uma questão que nós já debatemos nesta Casa diversas vezes. Há até um projeto de lei tramitando nesse sentido, que são

as chamadas casas de apoio aos pacientes que vêm do interior do estado para tratamento na capital e que raramente conseguem encontrar um local para ter o seu apoio, para ter a sua instituição. E somos defensores de que o estado deve providenciar esses locais para acolher essas pessoas.

Então, esse já é um debate que tem sido travado aqui.

Mas o motivo maior da minha fala não é retomar esse debate que eu acho importante - e aproveito para citá-lo -, mas, sim, trazer ao conhecimento dos nobres deputados e deputadas uma solicitação que fiz, e acabou de ser deferida pelo presidente, endereçada ao governador do estado, para que se tome providências em relação ao fornecimento de energia elétrica e água de uma casa de repouso que serve aos pacientes, e que está situada junto à Maternidade Carmela Dutra.

Gostaria de dizer, srs. deputados e sra. deputada, que tive uma conversa, dias atrás, com um ilustre catarinense, e que, inclusive, acompanha esta sessão, que nos trouxe um calhamaço de talvez 200 ou 300 fotografias mostrando a situação triste em que se encontram os pacientes quando ficam esperando lá fora dar a hora da consulta. Às vezes a ambulância que os transporta de outro município chega às 5h ou 6h e a consulta é somente às 17h. Ou vice-versa, a consulta é de manhã, mas o carro sai somente à noite. E eles, via de regra, não têm onde ficar, inclusive, esperando, aguardando, um local para tomar uma água ou para fazer as suas necessidades básicas. E ali, junto ao Hospital Maternidade Carmela Dutra, deputado Taxista Voltolini, há uma casa simples, que serve de apoio, conforme o documento que recebi.

(Passa a ler.)

"Surpreendentemente, tivemos nosso fornecimento de água e luz cortado pelo Hospital e Maternidade Carmela Dutra, de onde era suprimido há mais de 20 anos. Foram concomitantemente interrompidos os serviços que espontânea e voluntariamente eram por nós disponibilizados aos pacientes que além de enfermos ainda são carentes

de um local no mínimo decente, para se resguardar pelo tempo que aqui permanecerem e, assim, até levando uma boa imagem do povo catarinense.”

Então, estou fazendo um apelo ao governo e à direção do Hospital Maternidade Carmela Dutra que vejam a situação dessa casa de apoio e que possam tomar as providências, permitindo energia elétrica e água para que aquele trabalho voluntário possa continuar, porque a única justificativa que teria para não ter esse trabalho é que já tivessem as casas de apoio devidamente providas pelo estado, com todas as condições, mas enquanto isso, pelo menos que se permita àqueles voluntários, pessoas abnegadas, o atendimento mínimo.

Quero apenas, para concluir esse assunto, dizer que a pessoa que esteve comigo mostrando algumas fotos se referiu assim: “Olha, podia ser seu pai, sua mãe, seu irmão, alguém que está ali esperando para ter o atendimento e que precisa, às vezes, até fazer as necessidades básicas e não tem um local”.

Então, deixo este apelo dirigido ao governo do estado e ao Hospital e Maternidade Carmela Dutra. Aliás, ouvimos com frequência aqui os deputados falando, inclusive este deputado, de saúde, e agora falamos do programa Saúde+10, para aplicar mais recursos, mas às vezes vemos situações como essa que nos deixa entristecidos e apelamos então ao governo do estado para uma solução.

O segundo assunto que gostaria de abordar, para encerrar essa minha participação, é em relação à maioria das nossas rodovias catarinenses. Temos, reiteradas vezes, vindo a esta tribuna citar exemplos de rodovias e até reconhecemos que algumas estão em fase inicial de recuperação. Falamos inúmeras vezes também do trecho ligando Jaborá a Concórdia e de alguns outros que precisam de recuperação. E poderia citar que quase todas as rodovias catarinenses precisam de assistência.

Existe um trecho especial que gostaria de me referir hoje, que liga o município de Seara a Chapecó, o trecho Concórdia/Seara/Chapecó, especialmente de Seara a Chapecó. Temos

informações de que já tem um projeto de estudo de recuperação em andamento. Mas a nossa reivindicação, e já apresentamos documentos sobre isso, é no sentido de que nesses estudos sejam incluídas as terceiras faixas, pois ali é um local de grande trânsito de caminhão. Entre Chapecó e Seara temos grandes frigoríficos. Temos frigorífico em Seara, em Concórdia e em Chapecó.

Então, a necessidade ali, além da revitalização, é que sejam também incluída as terceiras faixas, terceiras pistas, principalmente nas partes mais íngremes, nas subidas, nas curvas. E que essa revitalização seja agilizada. Há, inclusive, um clamor da comunidade regional, porque falamos disso. Também houve explicação de que há esse projeto em estudo, mas o projeto está um tanto quanto demorado, assim como o projeto do contorno viário de Concórdia, que também já se anunciou inúmeras várias vezes.

Sabemos que essas obras são importantes; então, que possam o quanto antes dar início a elas. Mas é preciso agilidade para que essas obras possam iniciar o quanto antes.

Por isso, estamos aqui mais uma vez fazendo uma manifestação sobre esse assunto e apelando ao governo do estado, ao secretário Cobalchini, que sempre tem sido atencioso quando a gente encaminha os pleitos, para que possa junto ao Deinfra e aos organismos que cuidam dessa parte agilizar a conclusão desses projetos e a revitalização desses trechos e rodovias.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Inscrito o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedo a palavra pro até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria aqui de tratar de três questões. A primeira delas refere-se à audiência pública que faremos na próxima quinta-feira aqui na Casa, para a criação do Conselho Estadual dos Direitos Humanos.

Gostaria de convidar para dia 15, quinta-feira, às 14h, no plenarinho da Casa. Essa audiência é chamada através da comissão de

Legislação Participativa que tem como sua presidente a deputada Angela Albino. Essa audiência está sendo convocada pela deputada e por este deputado.

Portanto, deixo aqui o registro e ao mesmo tempo o convite à nossa população para participar, haja vista que o estado de Santa Catarina ainda não tem o conselho. E o governo entendeu que seria o momento de criá-lo. Portanto, feita a solicitação, o governo do estado encaminhou a esta Casa o projeto de lei que cria o Conselho Estadual de Direitos Humanos. Lembrando que há anos, o deputado Neodi Saretta era presidente dessa Casa, por iniciativa do ex-deputado Carlito Merss foi apreciado e votado o projeto que criava o conselho. Como o governo tem vetado a lei aqui votada, o presidente na época promulgou essa lei que depois foi derrubada, através de uma Adin. E nesse momento o governo do estado entendeu de encaminhar um projeto de iniciativa do Executivo.

O segundo registro que gostaria de fazer é que no dia de hoje tivemos uma audiência, no Tribunal de Justiça, com o nosso presidente do Tribunal, desembargador Cláudio Barreto Dutra, onde tratamos, entre outros assuntos, mas de maneira essencial, a questão da criação da comarca no extremo oeste, mais propriamente dito, no município de Guaraciaba, haja vista que a comarca de São Miguel d'Oeste tem na sua constituição municípios ao redor, que são os municípios Bandeirantes, Barra Bonita, Paraíso e Guaraciaba, perfazendo um total de 60 mil habitantes. E sabemos que existe uma demanda muito alta, muito grande.

São mais de cinco mil processos na segunda vara, mais de quatro mil na primeira vara e quase três mil na vara criminal. Assim, por outro lado, existe morosidade no andamento desses processos. Entendemos que existe o acesso à Justiça, mas, se o atendimento fosse desmembrado, teríamos uma maior agilidade e celeridade no atendimento à população.

Diante disso, prontamente o presidente do Tribunal de Justiça entendeu o pleito e solicitará

ao setor de engenharia do Tribunal de Justiça uma visita ao município, para avaliar as instalações físicas em que poderá funcionar a unidade jurídica avançada em Guaraciaba, no antigo prédio do Besc.

A solicitação deste parlamentar ao prefeito municipal é no sentido de que encaminhe o pedido ao Tribunal de Justiça. Automaticamente, a partir daí, dar-se-á o encaminhamento da criação da unidade jurídica avançada naquele município.

Quero agradecer ao presidente do Tribunal de Santa Catarina, desembargador Cláudio Barreto Dutra, pelo atendimento e encaminhamento tomado, entendendo que o pleito faz justiça, uma vez que os processos terão mais agilidade. Certamente a criação da comarca jurídica avançada em Guaraciaba irá também aliviar enormemente o atendimento na comarca de São Miguel d'Oeste.

Por fim, o meu terceiro tema a ser tratado nesta tarde refere-se ao trabalho acelerado do DNIT na BR-163, que liga São Miguel d'Oeste a Dionísio Cerqueira, relativo ao início das obras da restauração e ampliação da rodovia. A empresa que ganhou a licitação e está desenvolvendo o trabalho é a empresa Sul Catarinense, que faz um trabalho a uma velocidade extraordinária, para que se possa devolver o mais rápido possível segurança à nossa população, àqueles que transitam nessa rodovia importante do estado de Santa Catarina.

Trata-se de uma reivindicação bem antiga, pois por vários momentos tem-se reivindicado a revitalização, restauração e ampliação, inclusive com uma terceira pista ao longo do trajeto. Estamos muito esperançosos com o andamento desse trabalho. Espero, oxalá, que num curto espaço de tempo que seja entregue essa obra à população catarinense. O meu reconhecimento ao João José dos Santos pela condução e seriedade que está sendo encaminhado aquele trabalho.

Solicitei, faz uns 30 dias, uma reunião para já no início das obras tratarmos da indenização dos moradores ao longo desse percurso. Aliás, pela primeira vez na história deste país, enquanto se faz o trabalho da restauração e ampliação do projeto, faz-se também o pagamento das

indenizações, haja vista que em grande parte das rodovias, tanto estaduais como federais, às vezes, demorava 20 anos. E em algumas delas, as pessoas, as famílias, sequer receberam o dinheiro da indenização.

Então, tivemos essa experiência extremamente positiva na BR-282 que liga São Miguel d'Oeste ao município de Paraíso. E, com certeza, logo, logo estaremos reunidos no final deste mês ou no começo do mês que vem, tratando da questão das indenizações àquelas famílias, logo no começo dos trabalhos de restauração e ampliação daquela rodovia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, venho à tribuna anunciar uma boa nova principalmente às pessoas que moram no médio vale do Itajaí, porque acabamos de receber a notícia que estávamos aguardando, de um campus na região do médio vale do Itajaí.

Depois de uma longa luta para fazer a Furb federal, depois de tentarmos abrir o campus, como não houve êxito por parte dos dois conselhos, tanto como da Universidade Federal quanto do conselho da Furb, queremos é que tenha o ensino público, gratuito, de boa qualidade às pessoas que moram naquela região.

Hoje, recebemos a boa notícia que já foi determinado pelo conselho gestor da Universidade Federal que o campus acontecerá no município de Blumenau. Não sabemos ainda qual dos terrenos será comprado para destinar à construção desse campus, mas essa assinatura vai acontecer no próximo dia dois de setembro, data que a nossa cidade comemora o seu aniversário.

Os cursos irão começar no ano que vem, três na área da Engenharia e dois em bacharelados, porque precisamos também formar os nossos professores, totalizando assim inúmeras vagas para todas as pessoas que querem ingressar nos cursos

oferecidos. São os primeiros cursos, mas certamente traremos muito mais. Ali é o nascedouro do tão sonhado projeto há muito tempo debatido por várias entidades, tanto empresariais como políticas e sindicais, com campus em várias regiões do vale.

Então, é uma boa notícia, e o público de Blumenau e das cidades vizinhas estarão muito felizes com essa conquista.

Também quero falar que comemoramos sete anos da sanção da Lei n. 11.340, feita pelo presidente Lula, conhecida por 98% da população, que é a Lei Maria da Penha que criou uma série de mecanismos para coibir a violência doméstica que, infelizmente, ainda acontece.

São muitos avanços nesses sete anos da lei, mas somente com a pactuação entre as três esferas, união, estado e municípios, é que poderemos realmente implementar a Lei Maria da Penha em todo o nosso país.

O governo federal, através da secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, vem propondo, vem construindo inúmeras políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, principalmente em relação à violência doméstica e familiar.

Essa lei nos garante uma série de equipamentos para proibir a violência contra a mulher, tais como: casa abrigo, juizado especial, centros de referência, delegacia especializada e a possibilidade de implementação de inúmeras políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, porque milhares de mulheres continuam sendo vítimas de ameaças, lesões corporais, estupros e também de muitos milhares de homicídios.

Diariamente, lemos notícias de mulheres que foram brutalmente violentadas por seus parceiros ou por seus ex-parceiros. E por que ainda acontece isso em pleno século XXI? Por que diariamente temos notícias de meninas estupradas por pessoas de seu convívio familiar? É lamentável. Mas é preciso questionar de que forma vamos conseguir romper com a omissão do estado e com o machismo

enraizado em nossa sociedade há séculos, pois isso continua vitimando milhares de meninas e mulheres.

O Instituto Patrícia Galvão, junto com o Instituto Data Popular, realizaram uma pesquisa com o objetivo de captar a percepção de homens e mulheres sobre esse cenário da violência doméstica contra a mulher em nosso país, sobretudo no que diz respeito a assassinatos de mulheres por seus parceiros ou ex-parceiros. Essa pesquisa é intitulada como "Percepção da Sociedade Sobre a Violência de Assassinatos de Mulheres" e entrevistou em todo o nosso país 1.500 pessoas acima de 18 anos, entre os dias 10 e 18 de maio deste ano. E traz dados muito interessantes para pensarmos, inclusive, em estratégias de prevenção à violência doméstica contra as mulheres, crime que está entre os crimes percebidos como um dos mais recorrentes em nosso país, perdendo apenas para assassinato, roubo e assalto. Esse é um dos dados da pesquisa.

A percepção da população brasileira é de que os crimes contra as mulheres têm aumentado muito nos últimos cinco anos. A população já percebe isso, já tem noção disso.

Também há um dado dessa pesquisa que diz o seguinte: 70% dos entrevistados nesses dias de maio acreditam que a mulher sofre mais violência dentro da sua casa do que nos espaços públicos. E metade da população considera que as mulheres se sentem mais inseguras dentro da sua casa. Outrossim, 80% dos entrevistados concordam que quem ama não bate. Dados desse Instituto Patrícia Galvão juntamente com outra empresa que faz a pesquisa também dizem que 9% acham que bater na parceira não deve ser crime e 9% desses entrevistados, principalmente os homens, dizem que bater na mulher não deve ser considerado crime. E, ainda, 70% acreditam que a violência contra a mulher não ocorre apenas nas famílias pobres, ocorrem também nas outras classes sociais e econômicas, e a maioria conhece a mulher agredida por seu parceiro. Conhecem, sabem, mas também não querem denunciar. Também, 54% desses 1.500 entrevistados conhecem uma mulher que já sofreu

agressão do seu parceiro, e 56% deles conhecem um homem que já agrediu uma parceira. E é um dado interessante, pois metade desses entrevistados conhece também o seu agressor.

Oitenta e cinco por cento nessa pesquisa concordam que a agressão contra a mulher deverá ser denunciada à Polícia, ou seja, 85% dos entrevistados acham que a mulher agredida também deve denunciar o seu agressor à Polícia. E num outro dado sobre os assassinatos de mulheres, que é outra vertente da pesquisa, diz que vergonha e medo de serem assassinadas são percebidas como as principais razões para a mulher não se separar do agressor. Ela continua sendo agredida, ela continua sendo ameaçada, mas ela não se separa do seu agressor com medo de ser assassinada.

Sessenta e seis por cento desses entrevistados pensam que ela tem vergonha que os outros saibam que ela sofre violência, por isso não denuncia. E 58% afirmam que ela tem medo de ser assassinada e acabar com a relação.

Então, srs. deputados, sras. deputadas, público catarinense, é uma pesquisa ampla. Ela certamente vai nos direcionar para algumas medidas estratégicas, inclusive para o governo do estado de Santa Catarina. E esses dados também vão poder nos instrumentalizar a traçarmos estratégias para combater esse tipo de violência contra a mulher, para combater os estupros e assassinatos, para a prevenção e para os agressores serem realmente detidos, serem realmente culpados.

Então, o governo do estado tem que fazer a sua parte também, providenciando mais delegacias, mais casas abrigo, mais segurança para as nossas mulheres vítimas de violência.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima. Realmente nos deixa intrigados, revoltados, essa questão da violência.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, líder da bancada do PSD, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e toda a população catarinense.

Sobre a questão abordada pelo deputado Padre Pedro Baldissera também quero parabenizar o DENIT pela rapidez com que agora as obras da BR-163 estão sendo conduzidas. Realmente, há a questão ainda da desapropriação dos moradores que terão as suas propriedades atingidas, razão até de uma audiência pública na última sexta-feira.

O DENIT não esteve presente, mas o seu diretor, João José dos Santos, mandou um expediente dizendo que as obras serão realizadas momentaneamente, na faixa de domínio, e que num prazo máximo de 60 dias teremos desapropriações. O DENIT vai buscar contato com os moradores, com os proprietários e encontrar uma solução. É isso que todos nós esperamos.

Nós recebemos a visita em nosso gabinete, no dia de hoje, do vereador Carlinhos, o Carlinho mecânico, do município de Itajaí, juntamente com o Almir, chefe de gabinete. E quero registrar que a Câmara de Vereadores de Itajaí, com proposição do vereador Carlinhos, estará realizando no próximo dia 21 de agosto, às 19h, uma audiência pública para tratar da ligação viária entre os municípios de Itajaí e Navegantes.

Tivemos uma audiência da comissão de Transportes, há poucos dias. Foi um debate sobre a questão do *ferry boat*. Quem tem residência num município e trabalha em outro já tem direito à gratuidade, como motos, bicicletas, mas existe ainda problema com relação aos veículos.

Estivemos visitando a direção da empresa que faz o transporte do *ferry boat*, verificamos a boa vontade em querer prestar um bom serviço à comunidade catarinense, principalmente dos municípios de Itajaí, Navegantes, Penha e Balneário Camboriú. Foi debatido esse problema, e temos que aprimorar esse trabalho.

Foi proposto pelo vereador Carlinhos o debate, com o objetivo de discutir a construção da ponte ou túnel sobre o rio Itajaí-Açu. E pelos estudos

já levantados, as verbas já estão previstas pelo governo federal. Também existem verbas previstas em orçamento; por isso, é preciso encontrar uma solução rápida. Essa obra é fundamental para toda a região, para todos os municípios envolvidos, desde Barra Velha, Piçarras, Penha, Navegantes, na ligação com Itajaí e Balneário Camboriú.

Teremos, no próximo dia 21 de agosto, às 19h, na Câmara de Vereadores de Itajaí, uma audiência pública, para buscar propostas para o encaminhamento de soluções o mais rápido possível, para a nossa região de Balneário Camboriú, Navegantes, Itajaí, enfim, para ajudar a população que precisa dessa via de acesso, em razão da economia e da força de trabalho dessa área.

Teremos uma audiência da comissão de Segurança Pública, com o vereador Thiago Morastoni e o Carlos Ely, para um debate com relação à guarda municipal. Isso vai ocorrer no dia 11 de setembro. E teremos outra audiência pública, no dia 21 de agosto, sobre a travessia do rio Itajaí-Açu. São questões importantes que devem ser debatidas e solucionadas para o nosso vale do Itajaí.

Hoje, falando também sobre a questão de Balneário Camboriú, queremos dizer que tivemos mais uma conversa com o reitor da Udesc, que nos informou que o curso de Administração Pública continua aprovado pelo Conselho da universidade. E aquele objetivo de manter os cursos de Engenharia e também de Administração Pública, inclusive expandindo os cursos... E o objetivo de todos, que é a construção do *campus* da Udesc em Balneário Camboriú, continua nos projetos da Udesc, e os recursos deverão ser viabilizados para que isso venha a ocorrer.

Então, precisamos dessas obras tão importantes para a região da foz e vale do rio Itajaí.

Por último, gostaria de registrar a iniciativa dos deputados que também têm atuação no extremo oeste catarinense. Conforme proposição, na última sexta-feira houve o lançamento da feira e a exposição em São Miguel d'Oeste. E a Assembleia Legislativa, através dos deputados da região,

também está na busca de recursos para aquela região e para aqueles eventos lá programados.

Então, seria este, sr. presidente, o nosso relato no dia de hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) -
Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, gostaria de dar os parabéns, mesmo que atrasado, a todos os pais, já que domingo foi o nosso dia. Quando é o Dia das Mães, todos falam a respeito, mas quando é o Dia dos Pais ninguém fala. Então, parabéns a todos os pais, mesmo não sendo lembrados.

Portanto, a nossa referência aos pais que tiveram a oportunidade de, com os seus filhos, comemorar o Dia dos Pais no último domingo.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.